



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO DE AUDIENCIA PUBLICA Nº DE 2017 (Dos Srs. Paulo Azi e Hélio Leite)

Requer realização de Audiência Pública para debater as causas, circunstâncias e responsabilidades do acidente com a embarcação Cavalo Marinho I, que realizava a travessia entre a cidade de Salvador e Mar Grande, em Vera Cruz, no Estado da Bahia.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 24, III, 32, XX, e 255 a 258 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelênci, ouvido o Plenário, sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em Audiência Pública a realizar-se em data a ser agendada, a fim de debater as causas, circunstâncias e responsabilidades do acidente com a embarcação Cavalo Marinho I, que realizava a travessia entre a cidade de Salvador e Mar Grande, em Vera Cruz, no Estado da Bahia, as seguintes pessoas:

- 1) Sr. Marcus Vinicius Marques Gil, Prefeito Municipal de Vera Cruz – BA;**
- 2) Sr. Eduardo Harold Mesquita Pessôa, Diretor Executivo da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia na Bahia- AGERBA;**
- 3) Sr. Jacinto Chagas, Presidente da Associação dos Transportadores Marítimos da Bahia- Astramab; e**
- 4) Lívio Garcia Galvão Júnior, administrador da CL Transporte Marítimo**

Justificativa

No dia 24 de agosto na Bahia, a embarcação Cavalo Marinho I sofreu um grave acidente quando realizava a travessia Mar Grande, em Vera Cruz, com destino a cidade de Salvador. A embarcação levava 120 pessoas, sendo 116 passageiros e quatro tripulantes. A tragédia deixou 18 vítimas fatais, entre 13 mulheres, dois homens e três crianças.

O Ministério Público Estadual da Bahia emitiu nota afirmando que o órgão já havia proposto duas ações civis - em 2007 e 2014- questionando qualidade da atividade prestada e as altas tarifas cobradas pelo serviço de transporte marítimo. Na ação civil pública de 2014, o órgão anexou um abaixo-assinado com 400 nomes de pessoas que utilizavam o serviço hidroviário e que manifestaram insatisfação com a precariedade do serviço.

Nesse sentido, a realização de audiência pública com a finalidade de debater as principais causas e circunstâncias do acidente será fundamental para elucidação dos fatos e análise de irregularidades, segurança e qualidade do serviço de transporte marítimo prestado. Além disso, a audiência poderá discutir e propor medidas que assegurem a segurança e saúde dos usuários

Desta maneira, dada à importância do tema, e tendo em vista as razões expostas, solicitamos o apoio dos membros da Comissão para a aprovação deste Requerimento, que visa tratar do assunto em referência em Audiência Pública específica.

Sala das Comissões, em de agosto de 2017.

**Deputado Paulo Azi
DEM/BA**

**Helio Leite
DEM/PA**